talada a 5.ª Delegação Regional Agrícola, em Sá da Bandeira, saindo a contrapartida das disponibilidades da verba do capítulo 7.º, artigo 747.º, n.º 1) «Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral daquela colónia em vigor.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Ministério das Colónias, 15 de Julho de 1947.— O Ministro das Colónias, Teófilo Duarte.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Decreto-lei n.º 36:416

Usando da faculdade conferida pela 1.º parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É fixada em 40% por sessão de serviço a gratificação a que, nos termos dos artigos 137.º do decreto n.º 8:578, de 8 de Janeiro de 1923, e 21.º do decreto n.º 15:019, de 28 de Janeiro de 1928, têm direito os juízes do Supremo Tribunal de Justiça ou das Relações nomeados, de harmonia com o disposto no § único do artigo 11.º do decreto n.º 16:044, de 13 de Outubro de 1928, presidentes dos júris dos exames das Faculdades de Direito.

Art. 2.º O disposto no presente diploma é aplicável ao serviço prestado na corrente época de exames.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 15 de Julho de 1947. — António Oscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancella de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

10.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 3 do mês corrente, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 30.000\$ da alínea c) do n.º 1) do artigo 634.º, capítulo 3.º, para a alínea d) dos mesmos número, artigo e capítulo do actual orçamento deste Ministério.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 7 de Julho de 1947.— O Chefe da Repartição, Manuel Miranda.

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 3 de Julho de 1947, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência de 1:004.000\$ do n.º 1) para o n.º 2) do artigo 716.º, capítulo 4.º, do orçamento deste Ministério para o corrente ano económico, sendo 670.000\$ para a primeira verba e 334.000\$ para a segunda.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 5 de Julho de 1947.— O Chefe da Repartição, Manuel Miranda.

W4444444444444444444444444

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração Geral do Porto de Lisboa

Por deliberação do conselho de administração de 9 do corrente e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 31.º do decreto-lei n.º 24:208, de 23 de Julho de 1934, foi autorizado o reforço da verba da alínea b) «Máquinas de escrever» do n.º 3) «Móveis» do artigo 6.º «Aquisições de utilização permanente», da classe «Despesas com o material», na importância de 44.880%, a sair da verba da alínea a) «Mobiliário» dos mesmos número, artigo e classe do orçamento de despesas privativo desta Administração Geral em vigor no actual ano económico.

Administração Geral do Porto de Lisboa, 10 de Julho de 1947.— O Administrador Geral, Salvador de Sá Noguetra.